

TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência tem por objetivo definir as especificações técnicas, critérios de execução e diretrizes gerais para a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de pavimentação asfáltica em vias públicas no município de Boa Esperança MG.

SUMÁRIO

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	3
1.1 ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	3
1.1.1 Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	3
1.2 PREÇOS ESTIMADOS.....	3
1.3 REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO.....	3
1.4 PRAZO DE CONTRATO.....	4
2- OBJETIVO/FINALIDADE/JUSTIFICATIVA.....	4
3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO).....	5
3.1 DESCRIÇÃO.....	5
3.2 ETAPAS.....	5
3.3 CICLO DE VIDA.....	6
4-REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	6
4.1 EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	6
4.1.1 Registro da empresa no conselho profissional.....	6
4.1.2 Capacidade Técnico-Operacional.....	7
4.1.3 Possibilidade de somatório dos atestados.....	7
4.1.4 Capacidade técnico-profissional.....	7
4.1.5 Exigência de instalações, aparelhamento e pessoal técnico.....	8
• Todo material, ferramenta ou equipamento utilizado nos serviços deverão ser de boa procedência e deverá estar em boas condições de uso.....	9
• Rolo de Pneu;.....	9
• Rolo Compactador Liso VA ou similar;.....	9
• Caminhões Basculantes;.....	9
• Ônibus para transporte de pessoal;.....	9
• Caminhão Espargidor de Asfalto;.....	9
• Acabadora;.....	9
• Usina de C.B.U.Q. com licença ambiental atualizada.....	9
• Betoneira.....	9
4.1.6 POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO.....	9
4.2. Documentação para a comprovação.....	9

4.2.1. Para a empresa:.....	9
• Todo material, ferramenta ou equipamento utilizado nos serviços deverão ser de boa procedência e deverá estar em boas condições de uso.....	10
• Rolo de Pneu;.....	10
• Rolo Compactador Liso VA ou similar;.....	10
• Caminhões Basculantes;.....	10
• Ônibus para transporte de pessoal;.....	10
• Caminhão Espargidor de Asfalto;.....	10
• Acabadora;.....	10
• Usina de C.B.U.Q. com licença ambiental atualizada.....	10
• Betoneira.....	10
4.2.2. Para o profissional:.....	10
5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	11
5.1 PLANO DE TRABALHO:.....	11
5.2. MATERIAIS E RECURSOS NECESSÁRIOS:.....	11
-Instalação da placa de obra.....	12
Execução de pintura asfáltica de ligação.....	13
Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento.....	13
5.3 - CONTROLE DE QUALIDADE:.....	14
6- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	14
7- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	15
• Instalação da Placa de obra.....	15
• Rua Doutor Antônio Cândido Figueiredo.....	15
• Rua José Monte Raso.....	15
As medições serão mensais com relação ao cronograma. Mediante relatórios de medição assinados pelo representante da empresa, profissional responsável pela execução da obra, fiscal da obra e prefeito municipal juntamente com a Nota Fiscal para posterior pagamento de acordo com o executado da obra e conformidade na execução com os projetos.....	
8 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	16
9 – SANÇÕES E PENALIDADES.....	16
10 – DA VALIDADE DA PROPOSTA.....	16
11 – DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	16
12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:.....	17
13 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:.....	18
14– DO REALINHAMENTO DE PREÇOS.....	18
15 – ÓRGÃO SOLICITANTE:.....	18

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

A presente contratação visa à Contratação de empresa para execução de serviços de recapeamento asfáltico das ruas Doutor Antônio Cândido Figueiredo e José Monte Raso para atender o convênio de repasse Nº **1104582-47/984529/2025/MCIDADES/CAIXA** com o MINISTÉRIO DAS CIDADES.

1.1 ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1.1 Classificação como obra ou serviço de engenharia

O art. 6º, incisos XII e XXI da Lei nº 14.133 de 2021, estabelece as definições de obras e serviço de engenharia, explicitando:

"XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:..."

Assim, compete ao setor técnico definir a natureza do objeto, sendo certo que as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 14.133/21 deverão ser utilizadas sempre que o mesmo for passível de enquadramento como obra ou serviço não comum de engenharia.

JUSTIFICATIVA: O objeto da presente licitação é uma **OBRA**, de acordo com as diretrizes acima.

1.2 PREÇOS ESTIMADOS

O valor estimado da obra foi de R\$ 381.983,00, sendo o recurso proveniente de parte de Transferecia Especial da União oriundo do convênio com o Ministério das cidades (R\$ 377.983,00), e parte será de recurso próprio do município (R\$ 4.000,00).

Demais detalhes do orçamento, se encontram em anexo.

1.3 REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

Os regimes de execução admitidos na execução indireta de obras e serviços de engenharia são elencados no art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021:

I- empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

II empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

III empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

IV contratação por tarefa: regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

V-contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

VI contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

VII fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado;

Nas obras e serviços de engenharia, os regimes mais utilizados são as empreitadas por preço global ou por preço unitário.

JUSTIFICATIVA: O regime de execução para a presente contratação é a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

1.4 PRAZO DE CONTRATO

O prazo de execução da obra conforme cronograma em anexo é de 4 meses de contrato. O prazo de vigência contratual será de 6 (seis) meses objetivando abranger não apenas a execução do objeto, mas também outras fases acessórias e indispensáveis, como mobilização, pequenas paralisações justificadas, prorrogações, recebimento provisório e definitivo, etc.

2- OBJETIVO/FINALIDADE/JUSTIFICATIVA

A necessidade da contratação decorre da constatação técnica de que as referidas vias se encontram pavimentadas com revestimento em paralelepípedo, solução que, embora historicamente utilizada, apresenta desempenho funcional inferior às exigências contemporâneas de mobilidade urbana, especialmente diante do aumento significativo do fluxo de veículos, da intensificação do uso das vias e da expansão urbana local.

O pavimento atual apresenta patologias típicas desse tipo de revestimento, tais como irregularidades longitudinais e transversais, deslocamento de peças, desníveis, trepidação excessiva e geração de ruídos, fatores que comprometem a fluidez do tráfego, elevam o desconforto dos usuários, aumentam o desgaste de veículos e potencializam riscos à segurança viária, sobretudo para motociclistas, ciclistas e pedestres.

Ademais, tais condições contribuem para a elevação dos custos de manutenção corretiva por parte da Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que o revestimento em paralelepípedo não apresenta desempenho adequado quanto à capacidade estrutural e funcional frente às atuais demandas de tráfego, sendo menos eficiente em termos de conforto ao rolamento, nível de serviço e durabilidade quando comparado ao revestimento asfáltico.

Nesse contexto, o recapeamento asfáltico apresenta-se como solução técnica mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa, proporcionando melhoria significativa nas condições de trafegabilidade, maior segurança viária, redução de ruídos, melhor acessibilidade, além de otimização dos custos de manutenção a médio e longo prazo.

Trata-se de intervenção que promove maior uniformidade da superfície de rolamento e melhor desempenho estrutural da via.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO)

3.1 DESCRIÇÃO

O objeto se destina aos usuários das vias públicas Rua Doutor Antônio Cândido de Figueiredo 1.979 m² e Rua José Monte Raso 661 m², no Município de Boa Esperança/MG.

Os serviços a serem realizados serão: Pintura asfáltica de ligação (RR1C), execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico (CBUQ), com espessura de 3 cm, camada de regularização e execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico (CBUQ), com espessura de 3 cm, camada de rolamento acabado.

3.2 ETAPAS

Implementação

A execução dos serviços está dividida em 2 frentes de obras.

1 - etapa:

Serviços preliminares

- Instalação da placa de obra.

2 - Segunda Etapa

Rua Doutor Antônio Cândido Figueiredo

- Execução de pintura asfáltica de ligação.
- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de regularização
- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento.

3 - Terceira Etapa

Rua José Monte Raso

- Execução de pintura asfáltica de ligação.
- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de regularização
- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento.

Tecnologia utilizada: A pavimentação asfáltica será feita em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente).

Metodologias: Seguir as normas técnicas vigentes e procedimentos de controle de qualidade.

Recursos Necessários: Equipes especializadas, equipamentos de grande porte (caminhões, rolo compactador, acabadora de asfalto e etc...), materiais de qualidade e usina de asfalto com capacidade de produção de acordo com a demanda e localização a menos de 100 km do ponto de aplicação.

Caso a usina não seja localizado dentro dessa distância a empresa deverá comprovar tecnicamente que consegue transportar o asfalto até o local de aplicação sem prejuízos na temperatura de saída da usina de asfalto.

3.3 CICLO DE VIDA

Implementação: Interdição da área e Preparação do canteiro de obras com as devidas sinalizações.

Operação:

Implementação: Interdição da área com as devidas sinalizações.

Operação: Execução de pintura de ligação (RR1C), execução de revestimento asfáltico (CBUQ) camada de regularização acabado com espessura de 3 cm, execução de revestimento asfáltico (CBUQ) camada de rolamento com espessura de 3 cm, ao término da obra ocorrerá a liberação ao tráfego, com vida útil estimada em aproximadamente 10 anos

Manutenção: A empresa contratada deverá garantir o serviços sem interferências externas por 5 anos.

Atualização: Intervenções em sinalizações viárias e pequenos reparos poderão ser realizadas para o bom funcionamento do trânsito.

Descarte: Com o fim da vida útil um novo processo para a revitalização do pavimento da via deverá ser realizado e o material que não for útil no local deverá ser removido e reutilizado em outros locais.

4–REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1.1 Registro da empresa no conselho profissional

A exigência de registro da empresa na entidade profissional competente (art. 67, V, da Lei nº 14.133/21) refere-se à atividade básica do objeto da contratação conforme entende o TCU:

"9.3.1. faça constar dos editais, de forma clara e detalhada, a fundamentação legal para a exigência de registro ou inscrição das licitantes em entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, abstendo-se de exigir o registro ou inscrição das empresas licitantes quando não figurar no âmbito de competência destas entidades a fiscalização da atividade básica do objeto do certame;" (Acórdão nº 1.034/2012 - Plenário)

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA ou ao CAU, com base na seguinte justificativa técnica:

Conforme disposto no art. 7º da Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973, o profissional de engenharia é responsável pelo desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, em virtude de o serviço preponderante da presente contratação ser objeto de fiscalização por parte do conselho/entidade profissional, seja necessária a exigência de registro/inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU) em plena validade.

4.1.2 Capacidade Técnico-Operacional

Conforme § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/21, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

II certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

No mais, o critério de relevância econômica deve ser aliado à relevância técnica, ou seja, aquelas parcelas cuja execução apresente determinado grau de complexidade que nem toda empresa possa cumprir de forma satisfatória, demandando assim a comprovação prévia para evitar riscos futuros à contratação.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-operacional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE.

4.1.3 Possibilidade de somatório dos atestados

Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos nº 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014-Plenário).

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será **ACEITO** o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

Por não se tratar de um serviço com elevada complexidade ou inédita, a aptidão da licitante pode ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado. Desse modo, não há motivo para que seja exigido atestado único.

4.1.4 Capacidade técnico-profissional

A experiência do profissional de engenharia é comprovada por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica ART, que demonstre ter executado previamente determinado serviço. Para o profissional de arquitetura, o documento correspondente é o Registro de Responsabilidade Técnica RRT, e para o técnico industrial, o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT.

As ARTS, RRTs e TRSs emitidas em nome de cada profissional são compiladas na respectiva Certidão de Acervo Técnico-CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT, conforme o caso.

A Lei de Licitações dispõe o seguinte em seu art. 67, inciso I, §1º e §2º:

I apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Vale destacar que o §2º do art. 67 da Lei n.º 14.133/2021, ao fazer remissão expressa ao caput e ao § 1º desse mesmo dispositivo, terminou por admitir a exigência de quantitativos mínimos tanto em relação aos atestados de capacidade técnico-operacional quanto aos atestados de capacidade técnico-profissional, ao contrário do que prevê o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993. Dessa forma, havendo a previsão de quantitativos mínimos como característica a compor os atestados de capacidade técnico-profissional, tal exigência deverá observar o limite de até 50% da quantidade que se pretende efetivamente contratar, conforme art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-profissional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o de Engenheiro Civil: Serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, concreto betuminoso usinado a quente.

4.1.5 Exigência de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Segundo o art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/21, dentre os requisitos de qualificação técnica, pode-se exigir que o licitante indique pessoal técnico, as instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

- Todo material, ferramenta ou equipamento utilizado nos serviços deverão ser de boa procedência e deverá estar em boas condições de uso.
- Rolo de Pneu;
- Rolo Compactador Liso VA ou similar;
- Caminhões Basculantes;
- Ônibus para transporte de pessoal;
- Caminhão Espargidor de Asfalto;
- Acabadora;
- Usina de C.B.U.Q. com licença ambiental atualizada
- Betoneira.

4.1.6 POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Dispõe a Lei nº 14.133/21, em seu art. 122:

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente,

§2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

JUSTIFICATIVA: O Termo de Referência NÃO ADMITIU a subcontratação na presente licitação para os serviços de maior relevância.

4.2. Documentação para a comprovação

4.2.1. Para a empresa:

a-) Registro da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU) em plena validade.

b-) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional da empresa com a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO) demonstrando a capacidade exigida.

c-) Comprovação através de documentação ou declaração dos seguintes equipamentos:

- Todo material, ferramenta ou equipamento utilizado nos serviços deverão ser de boa procedência e deverá estar em boas condições de uso.
- Rolo de Pneu;
- Rolo Compactador Liso VA ou similar;
- Caminhões Basculantes;
- Ônibus para transporte de pessoal;
- Caminhão Espargidor de Asfalto;
- Acabadora;
- Usina de C.B.U.Q. com licença ambiental atualizada
- Betoneira.

4.2.2. Para o profissional:

a-) Registro do profissional na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU) em plena validade.

b-) ARTS, RRTs e TRSs compiladas na respectiva Certidão de Acervo Técnico-CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT, conforme o caso do profissional.

c-) Vínculo do profissional com a empresa licitante sendo aceito um dos documentos a seguir:

c1-) Ficha de registro de trabalho, autenticado junto a DRT (Delegacia Regional do Trabalho);

c2-) Contrato particular de prestação de serviços;

c3-) CTPS (carteira de trabalho e previdência social);

vc4-) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Ato Constitutivo / Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;

c5-) ART/RRT/CRT de cargo ou função;

4.2.3 Visita Técnica

A Visita Técnica é facultativa, a empresa interessada poderá realizar visita técnica ao local onde serão executados os serviços, em até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura do certame, devendo ser agendada com o responsável do setor, através do telefone (35) 3851-8043 ou e-mail: smo.engenharia02@boaesperanca.mg.gov.br, em horário comercial. **O local da visita: Secretaria Municipal de Obras / Departamento de Engenharia - Rua Bahia, 428, Bairro Maringá, onde será direcionado.**

As empresas que não realizarem a visita técnica deverão apresentar declaração (modelo do Anexo III) assinada por seu responsável técnico, de que, recebeu todos os esclarecimentos necessários, e, que tem pleno conhecimento do local e da prestação dos serviços ora licitados.

A vistoria representará a oportunidade para as licitantes interessadas conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais.

Assim sendo, caso a licitante que venha a ser contratada, não tenha realizado a visita, não poderá deixar de realizar o serviço, ou se queixar, nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.

Caso a licitante realize a vistoria o atestado será expedido pela Secretaria Municipal de Obras – Departamento de Engenharia, comprovando estar ciente das informações técnicas e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Conforme relatório anteriormente, a execução dos serviços está dividida em 6 frentes de obras, sendo essas: Serviços Preliminares, Trecho entre estacas 01 no final da Rua Olinto Teixeira a estaca 34, Trecho entre estacas 34 a 68, Trecho entre estacas 68 a 102, Trecho entre estacas 102 a 136 e Trecho entre estacas 136 a 170. Nenhuma das frentes depende da conclusão de outra para ser iniciada e concluída.

5.1 PLANO DE TRABALHO:

1 - etapa: (1 dia)

Serviços preliminares (1 dia)

- Instalação da placa de obra. (1 dia)

2 - Segunda Etapa (3 semanas)

Rua Doutor Antônio Cândido Figueiredo (3 semanas)

Execução de pintura asfáltica de ligação. (1 semana)

- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de regularização (1 semana)
- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento. (1 semana)

3 - Terceira Etapa (2 semanas)

Rua José Monte Raso (2 semana)

- Execução de pintura asfáltica de ligação. (1 semana)
- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de regularização (1 semana)
- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento. (1 semana)

5.2. MATERIAIS E RECURSOS NECESSÁRIOS:

Os materiais, métodos e insumos são baseados nos cadernos técnicos da SINAPI, ORSE e SETOP.

Os materiais, métodos e insumos são baseados nos cadernos técnicos da SINAPI, ORSE e SETOP.

-Instalação da placa de obra.

INSUMOS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

- Carpinteiro: Profissional responsável por executar o serviço de instalação das placas;
- Servente: profissional que auxilia o carpinteiro em suas tarefas;
- Placa de obra (para construção civil) em chapa galvanizada *n. 22*, adesivada, de *2,0 x 1,125* m, para instalação;
- Pregos de aço polido com cabeça 17 x 27 (2 1/2 x 11): para fixação do quadro na estrutura suporte;
- Sarrafo *2,5 x 10* cm em pinus; utilizado para compor o quadro que dará maior rigidez à placa;
- Pregos telheiro 18 x 36 polido, para fixação na estrutura suporte;
- Pintura imunizante para madeira: tratamento da madeira do quadro.

Critério de aceitação

Placa adesivada e instalada conforme as orientações da fiscalização com a metragem correta. Serão pagos por unidade de área (m²).

Execução do Subleito

Mão de obra

- Supervisão técnica: Acompanhamento das atividades para garantir que os serviços estejam em conformidade com o projeto e as normas técnicas.
- Execução: Operadores de máquinas para a homogeneização, conformação e compactação.
- Controle de qualidade: Profissionais para a realização de ensaios e medições, garantindo que o grau de compactação e o teor de umidade estejam dentro dos limites especificados.

Equipamentos

- Motoniveladora: Utilizada para a conformação e acerto da geometria do subleito.
- Rolo compactador:
 - Pé-de-carneiro: Usado para compactação inicial em solos argilosos.

- Liso vibratório ou de pneus: Utilizado para a compactação final e acabamento da camada.
- Caminhão-pipa: Necessário para a adição de água (umedecimento) para atingir a umidade ótima para compactação, conforme especificado.

Execução de pintura asfáltica de ligação.

Insumos, mão de obra e equipamentos

- Encarregado de turma
- Servente de obras
- Vassoura mecânica CMV: VM 7 rebocável ou equivalente
- Trator agrícola pneu (masseyferguson - mf 292/4 - 105,0 hp)
- Tanque estacionário 30.000 l (pré-aquecedor aa-serpentina ou equivalente)
- Caminhão esparg. asf. 6000 l
- Emulsão asfáltica RR-1C

Execução do serviço

- aplicação da temperatura de ligação na temperatura adequada.
- Qualquer falha na aplicação deverá ser imediatamente corrigida.

Critério de aceitação

- Pintura asfáltica de ligação aplicada na temperatura e quantidades corretas, sem falhas, aplicada no local a ser pavimentada. Será pago por unidade de área (m²).

Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento.

Insumos, mão de obra e equipamentos

- Rasteleiro com encargos complementares: operário que faz ajustes e acertos no pavimento recém-lançado pela vibroacabadora;
- Concreto Betuminoso Usinado a Quente: mistura asfáltica formada de agregados graúdo e miúdo e cimento asfáltico, aplicada a quente e que compõe a camada de binder.
- Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras, largura de pavimentação de 1,90 m a 5,30 m, potência de 105 HP e capacidade de 450 t/h;
- Rolo compactador de pneus estático, pressão variável, potência de 110 HP, peso sem/com lastro de 10,8/27,0 t e largura de rolagem de 2,30 m;
- Rolo compactador vibratório tandem, aço liso, potência de 125 HP, peso sem/com lastro de 10,20/11,65 t e largura de trabalho de 1,73 m;
- Trator de pneus com potência de 85 cv, tração 4x4, com vassoura mecânica acoplada;
- Caminhão basculante 10 m³, trucado cabine simples, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,80 m, potência 230 CV inclusive caçamba metálica.

Execução do serviço

- Sobre a base é feita a limpeza da faixa a ser pavimentada com o uso da vassoura mecânica rebocável para remoção de materiais que possam prejudicar a adesão da mistura asfáltica à base;
- A mistura asfáltica é transportada entre a usina e a frente de serviço através de caminhões basculantes que a despejam no silo da vibroacabadora;
- A vibroacabadora ajustada para executar o revestimento asfáltico com a espessura e largura prevista em projeto percorre o trecho da faixa a ser asfaltada despejando e pré-compactando a mistura aquecida. Durante a passagem do equipamento, um operador de mesa verifica a espessura da camada;
- Os rasteiros acompanham a vibroacabadora e corrigem falhas e defeitos deixados pela vibroacabadora;
- Na sequência, assim que há frente disponível de trabalho, passa-se o rolo compactador de pneus, na faixa recém-pavimentada. Deve ser possível ajustar a pressão dos pneus, iniciando a passagem com pequenas pressões e, assim que a mistura asfáltica for esfriando, aumentam-se as pressões;
- Atrás do rolo de pneus, inicia-se a rolagem com o rolo liso tipo tandem, dando o acabamento final ao revestimento asfáltico.

Critério de aceitação

- Pavimentação asfáltica temperatura e quantidades corretas, sem falhas, aplicada no local a ser pavimentada. Será pago por unidade de volume (m³).

5.3 - CONTROLE DE QUALIDADE:

Será feita inspeção no local, aferição da temperatura do asfalto, verificação da espessura da pavimentação, verificação da compactação, verificação de falhas na pavimentação asfáltica. Serão exigidos ensaios técnicos para comprovar a qualidade da pavimentação.

6- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será feita pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, através de seu responsável, e a fiscalização será feita pelo departamento de engenharia através do servidor Elvis Leonardo Soares. A fiscalização estará disponível para esclarecer as dúvidas da contratada sobre os projetos, orçamento, cronograma de execução. A fiscalização será realizada semanalmente e durante os marcos principais da obra. A fiscalização atestará as notas fiscais emitidas e zelará pelo fiel cumprimento do contrato. Se verificada a desconformidade dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias imediatamente, sujeitando-se às penalidades legais.

A contratada deverá seguir procedimentos específicos para cada atividade, garantindo que todas as etapas do processo de pavimentação sejam realizadas com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos. Deverá apresentar de relatórios periódicos, e manter o diário de obras sempre atualizado. Deverá comunicar quaisquer problemas. A contratada deverá seguir rigorosamente os procedimentos descritos para garantir a qualidade e a conformidade dos serviços prestados. O

cumprimento dos prazos e a utilização dos equipamentos e recursos adequados serão monitorados pela equipe de fiscalização, assegurando que a obra de pavimentação seja concluída dentro do cronograma.

A comunicação preferencialmente será feita por e-mail, podendo ser feito através de ligação telefônica, pessoalmente e por mensagem do aplicativo WhatsApp. Tanto a contratada, quanto a fiscalização tem a obrigação de monitorar e manter o endereço de e-mail ativo. As ligações devem ser feitas ao departamento de engenharia durante o expediente de trabalho (7:00 as.16:00).

7- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O acompanhamento da obra será feita por eventos, onde foi dividida em 6 eventos (frentes de obra) que só serão medidos quando for concluído todo o evento. A fiscalização não emitirá medições parciais dos itens.

- Instalação da Placa de obra
- Rua Doutor Antônio Cândido Figueiredo
- Rua José Monte Raso

As medições serão mensais com relação ao cronograma. Mediante relatórios de medição assinados pelo representante da empresa, profissional responsável pela execução da obra, fiscal da obra e prefeito municipal juntamente com a Nota Fiscal para posterior pagamento de acordo com o executado da obra e conformidade na execução com os projetos.

A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização junto com o boletim de medição que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

Para execução do pagamento, a **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Boa Esperança, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como a modalidade e o número da licitação.

Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Boa Esperança.

A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

O Município de Boa Esperança poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Boa Esperança.

- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Boa Esperança.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Boa Esperança quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

Juntamente com a Nota Fiscal, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

- a)-CRF do FGTS;
- b)-CND do INSS;
- c)- CND Municipal emitido pela sede da licitante;
- d)- Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT;
- e)-Guia de recolhimento PIS/COFINS.
- f)- Boletim de medição.

8 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Pelo objeto se tratar de uma obra de engenharia, a licitação será na forma de **CONCORRÊNCIA** cujo critério de julgamento será **MENOR PREÇO**.

9 – SANÇÕES E PENALIDADES

Caso o licitante venha a descumprir, total ou parcialmente, os contratos celebrados ou a praticar infrações em processos licitatórios, estarão sujeitos às penalidades disciplinadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 conforme decreto municipal Nº 5.406, de dezembro de 2023.

Sendo as penalidades as seguintes:

- I - advertência;
- II - multa:
 - a) compensatória;
 - b) de mora.
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10 – DA VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta deverá conter prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação e abertura da proposta.

11 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas resultantes desta licitação correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s), de acordo com a demanda e a necessidade da aquisição:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E PROJETOS
Rua Bahia, 428 – Bairro Maringá – Boa Esperança – MG
CEP 37.170-000 TEL: + 55 (35) 3851-8043
E-mail: smo.engenharia@boaesperanca.mg.gov.br

DESPESA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
0216	09.001.15.451.0080.3.021.4.4.90.51.00.00.00.0	Obras e Instalações
	1.500.000.0000.0000	Recursos não vinculados de Impostos
	1.700.000.0000.0000	Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União
	1.701.000.0000.0000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros dos Estados
	1.710.000.3210.0000	Transferência Especial dos Estados Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o art. 125 da Lei nº. 14.133/21. Assinar o contrato no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da homologação da presente licitação e da notificação.

Uma vez comunicada de que a Prefeitura Municipal de Boa Esperança efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02 (dois) dias úteis seguintes à comunicação, para assinatura de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital. Assinado o contrato, a licitante vencedora do certame obrigará-se a:

Proceder o fornecimento do serviço, dentro das condições, prazos e preços ajustados;

Dar plena e total garantia quanto à qualidade dos serviços, responsabilizando-se quanto a qualquer problema ou reclamação que possam surgir durante a vigência do Contrato;

Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelos Setores Competentes, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Boa Esperança/MG;

Encaminhar as propostas realinhadas (com preços finais) ao setor de Licitação/Pregão com prazo máximo de 01 (um) dia útil após o encerramento do certame;

Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes das obrigações assumidas sem qualquer ônus para a PMBE;

Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua contratação;

Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratado;

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

Prestar os serviços objeto deste contrato, sempre por intermédio de técnicos treinados e habilitados.
Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, por exigência da Prefeitura de Boa Esperança, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar, sem qualquer ônus financeiro a prefeitura;
Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, em consequência de fato a si imputável e relacionada aos serviços contratados;

13 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Uma vez firmada a contratação, a Prefeitura se obriga a:

Convocar a licitante vencedora, em conformidade com a Lei nº. 14.133/21, para assinatura do contrato;

Fornecer à licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto deste Edital;

Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

Notificar por escrito, à contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução e no recebimento dos serviços;

Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de contratação;

Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento.

Não permitir a execução dos serviços objeto desta licitação por parte de pessoas não credenciadas pela CONTRATADA.

Acatar e por em prática as recomendações feitas pela contratada, no que diz respeito a condições da prestação dos serviços;

Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte do contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada em relação ao mesmo.

Efetuar o pagamento mensal à contratada mediante a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

15.1 - Conforme as normas financeiras vigentes a partir de 1º de julho de 1994, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

15.2 - Ocorrendo a prorrogação do Contrato após os 12 (doze) meses, os valores desta contratação poderão ser reajustados, aplicando-se a menor variação entre os índices: IGP-M da FGV, o INCC da FGV ou outro índice que o substitua em caso de extinção, tomando-se como base a data da assinatura do Contrato.

15 – ÓRGÃO SOLICITANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Boa Esperança MG, 05 de maio de 2026.

Elvis Leonardo Soares
Engenheiro Civil – 227896/D-MG
Departamento de Engenharia e Projetos
Prefeitura Municipal de Boa Esperança – MG

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Eduardo Lima Rezende
Secretário Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos